

# SUMÁRIO

|  |           |
|--|-----------|
| <b>Capítulo 1</b>  |           |
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>17</b> |
| <br>   |           |
| <b>Capítulo 2</b>  |           |
| <b>CONCEITO.....</b>   | <b>21</b> |
| <br>   |           |
| <b>Capítulo 3</b>  |           |
| <b>ADMISSIBILIDADE.....</b>  | <b>27</b> |
| 3.1. Direito líquido e certo.....  | 27        |
| 3.2. Ilegalidade ou abuso de poder .....   | 43        |
| 3.2.1. Inconstitucionalidade, o mandado de segurança<br>contra lei em tese e o mandado de segurança<br>preventivo. Outras “contrariedades” ao ordena-<br>mento jurídico..... | 49        |
| 3.3. Autoridade pública.....   | 63        |
| 3.4. Não amparado por <i>habeas corpus</i> ou <i>habeas data</i> .....   | 64        |
| <br>   |           |
| <b>Capítulo 4</b>  |           |
| <b>LEGITIMIDADE ATIVA .....</b>  | <b>69</b> |
| <br>   |           |
| <b>Capítulo 5</b>  |           |
| <b>LEGITIMIDADE PASSIVA.....</b>   | <b>79</b> |
| 5.1. Autoridades públicas .....  | 80        |
| 5.1.1. Particularidades dos Regimes Próprios de Previ-<br>dência Social.....   | 94        |

|      |  |     |
|------|--|-----|
| 5.2. | Agentes de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público .....          | 98  |
| 5.3. | Erro na indicação da autoridade apontada como coautora.....                            | 102 |
| 5.4. | Litisconsórcio no mandado de segurança .....   | 107 |
| 5.5. | Atos administrativos compostos e complexos. Competência delegada. Atos colegiados..... | 119 |

## Capítulo 6

### **OUTRAS RESTRIÇÕES QUANTO AO CABIMENTO..... 123**

|      |   |     |
|------|---|-----|
| 6.1. | Ato passível de recurso ou correição.....   | 123 |
| 6.2. | Decisão judicial transitada em julgado..... | 134 |
| 6.3. | Efeitos patrimoniais .....                  | 137 |

## Capítulo 7

### **COMPETÊNCIA ..... 149**

|      |  |     |
|------|--|-----|
| 7.1. | Mandado de segurança e a competência delegada .....        | 155 |
| 7.2. | Mandado de segurança e os Juizados Especiais Federais..... | 161 |
| 7.3. | Mandado de segurança e acidente do trabalho.....           | 168 |
| 7.4. | Mandado de segurança de competência dos Tribunais....      | 172 |
| 7.5. | Mandado de segurança e terceiro prejudicado .....          | 174 |

## Capítulo 8

### **PROCEDIMENTO..... 181**

|      |   |     |
|------|---|-----|
| 8.1. | Prazo para impetração.....  | 181 |
| 8.2. | Forma de impetração .....   | 188 |
| 8.3. | Liminar .....   | 196 |
| 8.4. | Informações e ciência ao representante judicial da pessoa jurídica..... | 210 |
| 8.5. | Parecer do Ministério Público e sentença.....                           | 214 |
| 8.6. | Desistência do mandado de segurança .....                               | 220 |
| 8.7. | Suspensão da liminar e da sentença .....                                | 224 |
| 8.8. | Recursos .....  | 227 |
| 8.9. | Descumprimento das decisões.....  | 233 |

**Capítulo 9**

|  |            |
|--|------------|
| <b>MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO .....</b> | <b>243</b> |
|--|------------|

**Capítulo 10**

|  |            |
|--|------------|
| <b>O MANDADO DE SEGURANÇA E SUA UTILIZAÇÃO ESPECÍFICA EM MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA.....</b> | <b>253</b> |
|--|------------|

|  |     |
|--|-----|
| 10.1. Situações em que o mandado de segurança não é cabível..  | 253 |
| 10.1.1. Casos em que ultrapassado o prazo decadencial de 120 dias.....   | 254 |
| 10.1.2. Casos em que os fatos não são comprováveis por meio de documentos.....   | 256 |
| 10.1.2.1. Casos em que se pretende a concessão de um benefício por incapacidade (auxílio-doença/auxílio por incapacidade temporária, aposentadoria por incapacidade permanente ou auxílio-acidente) e o requerimento administrativo for indeferido por não ter sido comprovada a incapacidade para o trabalho..... | 256 |
| 10.1.2.2. Casos em que o INSS não admite a existência de um vínculo de emprego, anotado em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, mas sem registro de contribuições.....  | 260 |
| 10.1.2.3. Casos em que se pretende a prova do tempo de atividade rural.....  | 269 |
| 10.2. Situações em que o mandado de segurança é cabível, mas precisa ser avaliado, em concreto, se é o meio processual mais recomendado para o caso.....   | 272 |
| 10.2.1. Concessão de benefício que envolva o pagamento de valores atrasados .....  | 272 |
| 10.2.2. O caso dos honorários de advogado .....  | 273 |
| 10.2.3. Casos de aposentadoria especial (ou de contagem de tempo especial, convertido em comum).....   | 276 |
| 10.3. Situações em que o mandado de segurança é preferível a quaisquer outras ações .....  | 281 |
| 10.3.1. Excesso de prazo para decisão ou para julgamento do recurso.....   | 281 |

|   |     |
|---|-----|
| 10.3.2. Violação a uma das garantias constitucionais do processo (devido processo legal, contraditório, ampla defesa, proibição de provas obtidas por meios ilícitos etc.).....   | 297 |
| 10.3.3. Cerceamento das prerrogativas legais dos Advogados.....   | 306 |
| 10.3.4. Cessação do benefício por suspeita de fraude sem processo administrativo formal, ou em desrespeito às garantias constitucionais do processo, ou mesmo depois de decorrido o prazo legal para revisão do ato de concessão..... | 309 |
| 10.3.5. Síntese dos t picos anteriores.....   | 323 |

**Capítulo 11**

**MODELOS DE PEÇAS PRÁTICAS ..... 327**

|   |     |
|---|-----|
| 11.1. Petição inicial de mandado de seguranç  destinado a compelir o INSS a analisar o requerimento administrativo pendente de decisão..... | 328 |
| 11.2. Petição inicial de mandado de seguranç  preventivo destinado a impedir a suspensão ou cancelamento de benefício.....                  | 337 |
| 11.3. Agravo de instrumento contra decisão denegatória de liminar em mandado de seguranç .....  | 345 |
| 11.4. Apelação em mandado de seguranç .....   | 355 |

**REFERÊNCIAS..... 361**

**LEI N  12.016, DE 7 DE AGOSTO DE 2009..... 373**